



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PEExt no HABEAS CORPUS Nº 561975 - SP (2020/0037644-8)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**REQUERENTE** : FELLIPE ESPEDITO AROUCHA DE MENDONCA  
**ADVOGADO** : PAULO SÉRGIO PISARA VICTORIANO - SP133606  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**INTERES.** : ALEF FERREIRA DOS SANTOS SILVA (PRESO)

### DECISÃO

Trata-se de petição interposta por FELLIPE ESPEDITO AROUCHA DE MENDONÇA, na qual se busca a extensão da liminar concedida ao Paciente do presente *habeas corpus* - ALEF FERREIRA DOS SANTOS SILVA -, para lhe assegurar o direito de aguardar em liberdade provisória o julgamento da ação penal.

Consta dos autos que o Requerente foi preso em flagrante delito, no dia 16/11/2019, e denunciado pela suposta prática do crime de furto qualificado tipificado no art. 155, § 4.º, incisos I e IV, do Código Penal. Segundo os autos, ele teria, em conjunto com o Paciente deste *writ* e outros Corréus, furtado mediante rompimento de obstáculo, dois blocos de tecido, avaliados em R\$200,00 (duzentos reais).

A prisão em flagrante foi convertida em preventiva. O Desembargador Relator na Corte de origem indeferiu o pedido liminar de alvará de soltura, em *habeas corpus* impetrado contra essa decisão. Contudo, nos termos da decisão de fls.106-108, deferi liminar para determinar, *incontinenti*, a soltura do Corréu do Recorrente, se *por al* não estiver segregado, nos seguintes termos:

*"(...) não há a indicação de nenhum elemento concreto que justifique a necessidade da custódia cautelar. Na verdade, a prisão preventiva está fundada na prova da existência do crime, nos indícios de autoria e nas circunstâncias elementares ao tipo, sem qualquer consideração acerca dos demais pressupostos necessários para a restrição cautelar da liberdade do Denunciado.*

*A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que fundamentos vagos, que digam respeito às próprias elementares do tipo penal, não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva, porque nada dizem acerca da real periculosidade do Agente, que só pode ser decifrada à luz de elementos concretos constantes dos autos.*

*Ressalto que o Paciente é primário e não possui outras intercorrências penais, com se vê de sua folha de antecedentes (fls. 70-71)."*

Sustenta o Peticionário *"se tratarem de casos homônimos, ou seja réus primários, com residência fixa, trabalho lícito (comprovantes em anexo) e principalmente crime imputado sem violência ou grave ameaça, além de fundamentação inidônea para decretação e manutenção da prisão preventiva"* (fl. 143), motivo pelo qual faz jus a extensão do benefício.

Relatei. Decido.

De fato, após acurada leitura dos autos, mormente da folha de antecedentes do Peticionário (fl. 185), que não registra qualquer intercorrência, constato que não há diferença entre as situações pessoais e processuais dos acusados.

Portanto, estão preenchidos os requisitos para a concessão dos efeitos da decisão do presente *habeas corpus*, por se encontrar o Peticionário na mesma situação processual, uma vez

que são idênticas as situações pessoais que envolvem as codenunciados.

Decidir de outra forma seria negar obediência ao princípio da isonomia e ao disposto no art. 580, do Código de Processo Penal, que garante igualdade de tratamento aos réus que se encontrem em situação processual idêntica.

Ante o exposto, DEFIRO O PEDIDO para estender ao corréu FELLIPE ESPEDITO AROUCHA DE MENDONÇA, os efeitos da decisão liminar proferida nos presentes autos, para determinar, *incontinenti*, a soltura do Paciente, se *por al* não estiver segregado, advertindo o Acusado da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória, por fato superveniente a demonstrar a necessidade da medida, ou da imposição de outras medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça de origem e ao Magistrado de primeira instância.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora